

África-Brasil
Caminhos da língua portuguesa



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ESDRAS RODRIGUES SILVA – GUITA GRIN DEBERT
JOÃO LUIZ DE CARVALHO PINTO E SILVA – LUIZ CARLOS DIAS
LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO
RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES – SEDI HIRANO

COLEÇÃO UNICAMP ANO 50

Comissão Editorial

CAROLA DOBRIGKEIT CHINELLATO – EDUARDO GUIMARÃES (COORD.)
JOÃO LUIZ DE CARVALHO PINTO E SILVA
MÓNICA GRACIELA ZOPPI-FONTANA – PAULO CÉSAR MONTAGNER

Organização
Charlotte Galves
Helder Garmes
Fernando Rosa Ribeiro

África–Brasil
Caminhos da língua portuguesa

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Af83

África-Brasil: caminhos da língua portuguesa / organizadores: Charlotte Galves, Helder Garmes e Fernando Rosa Ribeiro – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

(coleção Unicamp Ano 50)

1. Língua portuguesa – Brasil. 2. Língua portuguesa na África. I. Charlotte Galves. II. Helder Garmes. III. Fernando Rosa Ribeiro. III. Título.

ISBN 978-85-268-0838-6

CDD 469.798
469.7996

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa – Brasil 469.798
2. Língua portuguesa na África 469.7996

Copyright © by organizadores
Copyright © 2009 by Editora da Unicamp

1ª reimpressão, 2014

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

A Michel Laban
(1946-2008)

Sumário

Apresentação

Charlotte Galves, Helder Garmes e Fernando Rosa Ribeiro 9

Os africanos e as falas africanas no Brasil

Luiz Felipe de Alencastro15

Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX

Valdemir D. Zamparoni27

E depois de Caliban? A história e os caminhos da literatura no Moçambique contemporâneo

João Paulo Borges Coelho57

Henrique Dias e a Guerra Preta: algumas considerações sobre a polissemia das categorias de cor no mundo atlântico português dos Seiscentos

Hebe Mattos69

As falas das vozes desocultas: a literatura como restituição

Francisco Noa85

A narrativa em Angola: espaço, invenção e esclarecimento

Rita Chaves 101

“Estória de família”, de Luandino Vieira (1972): “o que se mistura, separa...”	
Michel Laban	115
<i>Nas lavras das literaturas africanas modernas ou sobre novas cartografias identitárias</i>	
Laura Cavalcante Padilha	127
<i>Identidades andarilhas passeiam pela literatura</i>	
Maria Nazareth Soares Fonseca	137
<i>A literatura moderna cabo-verdiana e o modelo brasileiro ou o itinerário de Pasárgada</i>	
Manuel Brito Semedo	151
<i>O continuum afro-brasileiro do português</i>	
Margarida Maria Taddoni Petter	159
<i>O português do Brasil, uma intromissão nessa história</i>	
Yeda Pessoa de Castro	175
<i>Empréstimos nominais de português em bantu: o caso do yao</i>	
Armindo Ngunga	185
<i>Processo de descolonização lingüística: as representações da língua nacional</i>	
Eni P. Orlandi	211
<i>A periferia digital e o processo de descolonização</i>	
Claudia Wanderley	225
<i>Encontro com os escritores Ana Mafalda Leite e João Paulo Borges Coelho</i>	
.....	245
<i>Organizadores</i>	272
<i>Autores</i>	273

Apresentação

Charlotte Galves
Helder Garmes
Fernando Rosa Ribeiro

Este volume reúne os textos das conferências e mesas-redondas convidadas para o colóquio *Caminhos da língua portuguesa: África-Brasil*, realizado na UNICAMP de 6 a 9 de novembro de 2006, por ocasião das comemorações dos 40 anos da Universidade.

O colóquio teve como objetivo reunir lingüistas, escritores, teóricos da literatura, historiadores, antropólogos e artistas, com o intuito de diversificar os olhares e deslocar os pontos de vista sobre a apropriação, na fala e na escrita, ao longo dos séculos, da língua transportada pela expansão lusitana na África e na América, sua interação com as línguas africanas, seu papel de veículo das interações sociais e culturais múltiplas que se estabeleceram nas emigrações e nos exílios dos portugueses, dos africanos e dos brasileiros, e os efeitos que dessas interações surgiram.

O resultado desse desafio está nas páginas que seguem, nas quais, mais do que interdisciplinaridade, se encontra forte transversalidade, um entremeadado de vozes distintas, mas que se fazem ecos umas às outras. A ordem dos capítulos segue o reagrupamento das mesas-redondas, organizadas por afinidade de área, já que não seria possível instaurar uma outra ordem linear, dada a multiplicidade de entradas que cada texto oferece para os outros, construindo para o leitor um hipertexto de múltiplas navegações possíveis.

Luiz Felipe de Alencastro, cujo texto inicia o livro, também deu o tom na conferência que abriu o colóquio. Historiador do *Arquipélago do Capricórnio*, ele mostra como, do século XVI até 1850, existiu um “espaço cultural composto pelas duas partes do Atlântico Sul”, e ressalta a forte presença das línguas africanas nesse espaço, inclusive do lado brasílico, onde o jesuíta Pedro Dias escreve, na Bahia, uma *Arte da língua de Angola*. Mas essa visão *a-territorial* da história do Brasil não é a oficial e, em particular, o seu correlato lingüístico tem sido objeto de forte silenciamento. Esse apagamento da presença das línguas africanas da memória coletiva brasileira, porém, não impediu que elas constituíssem um “substrato” do português brasileiro, segundo Yeda Pessoa, que demonstra a presença maciça delas em nossa língua — em sua grande maioria pertencentes à grande família Niger-Congo —, fundamentando-se em documentos escritos entre os séculos XVII e XIX, desde a *Arte da língua de Angola* à obra pioneira de Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, passando por relatos de viagens e obras literárias. Essa afirmação encontra considerável reforço nas considerações de Margarida Petter a respeito das convergências entre o português falado na África e no Brasil, que constituem o que ela chama de “*continuum* afro-brasileiro” do português, nos níveis fonológicos, lexicais e sintáticos. Olhando da outra margem do Atlântico, ou seja, pelo lado das línguas africanas, Armindo Ngunga vem trazer uma imagem do que acontece hoje na África, na realização fonológica e morfológica das palavras portuguesas, quando são integradas a uma língua banto, no caso a língua yao falada em Moçambique. Pode-se facilmente imaginar que foram os processos lingüísticos desse tipo que aconteceram na aprendizagem das palavras portuguesas pelos falantes africanos, na África e no Brasil, e deram às duas vertentes do português do Atlântico Sul uma semelhança tão notável.

A “intromissão”, para retomar o termo do título de Yeda Pessoa, se dá, assim, nos dois sentidos: do português para as línguas africanas, das línguas africanas para o português. E, além de ser um fator decisivo na fala, ela se manifesta muito fortemente também na escrita, literária ou não. Num texto infelizmente ausente deste livro, Catarina Madeira trouxe, no colóquio, um testemunho fascinante do uso

do português em documentos de natureza administrativa e diplomática, por chefes africanos, os *Dembos*, do século XVII ao XIX¹. Essa documentação, de extremo valor histórico e lingüístico, nos mostra, das múltiplas facetas da *apropriação* da língua do colonizador, a que talvez mais nos surpreenda e mais nos possa ensinar sobre os caminhos do contato.

Contato da maior complexidade no mundo seiscentista luso-brasílico-africano, como nos faz ver Hebe Mattos, a partir da personagem de Henrique Dias, *Governador dos crioulos, negros e mulatos*, que se distinguiu a serviço da Coroa Portuguesa na luta contra os holandeses, assinalando aí a absorção por parte dos brasileiros de táticas africanas de guerra. Por meio dele, é toda a diversidade de estatutos e condições dos negros na sociedade colonial do Atlântico Sul que se desvela — escravos, forros, mocambeiros ou quilombolas, soldados defendendo os interesses do governo português, nascidos no Brasil ou na África —, bem como a polissemia dos termos “negro” e “preto” que daí decorre.

Na literatura, Valdemir Zamparoni e Michel Laban focalizam a presença das línguas africanas (respectivamente, ronga e quimbundo) nas narrativas escritas em português na África. Não deixa de chamar a atenção a semelhança — nas crônicas dos jornais moçambicanos descritos pelo primeiro e no conto do escritor angolano Luandino Vieira analisado pelo segundo — entre os modos de passagem de uma língua para a outra, semelhança que vai do uso já integrado de palavras africanas para designar coisas e pessoas da vida cotidiana à inserção abrupta de frases inteiras, passando pela “apropriação” — nos termos de Zamparoni — de palavras portuguesas, num processo semelhante ao descrito por Ngunga.

Em abordagem distinta e complementar, Rita Chaves analisa Luandino Vieira, não de dentro de um conto como o faz Laban, mas como momento de sedimentação e maturidade da literatura angolana, numa reflexão mais geral sobre o papel do escritor na construção da identidade de uma nação africana, reflexão essa que tem como

1 Cf. *Africae monumenta, a apropriação da escrita pelos africanos*, vol. 1 — Arquivo Caculo Cacahenda. Edição, introdução, glossário e textos por Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

tema central a obra do antropólogo e escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho.

Não é por acaso que a palavra “identidade” é recorrente em todo o livro. No capítulo cujo título se refere a “novas cartografias identitárias”, Laura Padilha enfrenta a delicada e complexa noção de “lusofonia”. Fazendo eco a Zamparoni, explora a idéia da língua dominante *re-apropriada*, ela diz “apoderada”, pelo dominado, num processo que envolve a mescla com as línguas africanas — como já referido acima —, invocando de novo Luandino Vieira, ao lado do poeta moçambicano José Craveirinha e de outros poetas e romancistas africanos que *moldam* em formas novas a língua do colonizador. Maria Nazareth Soares Fonseca, para dar conta desse processo fundador de mescla, ou de *hibridação*, propõe o conceito de “identidades andarilhas”, num texto que volta à poesia de Rui Duarte de Carvalho, depois de ter passado por outros espaços da herança africana e pela pintura do cubano Wifredo Lam.

Eni Orlandi, a partir de uma reflexão sobre a evolução do lugar da língua na colonização e na descolonização, passando pelo processo de gramaticização do português falado no Brasil, contesta o conceito de lusofonia que, segundo ela, “preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização”. Conclama a uma afirmação das diferenças e das singularidades, feitas dos múltiplos *hibridismos* decorrentes da história, como condição para uma intercompreensão entre países oriundos do processo de colonização portuguesa, em particular na relação África-Brasil. Claudia Wanderley faz eco a essa visão, ao situar o Brasil na “periferia digital, em patamar de pressão lingüística por parte da Europa semelhante ao dos outros países que participaram da efervescência do Império Português”. Segundo ela, ainda que na sua periferia, o mundo digital faz surgir novas possibilidades de interação entre as ex-colônias desse império, onde a língua portuguesa, despida do seu caráter hegemônico, pode tornar-se o veículo de uma reflexão coletiva sobre “o processo de apagamento das culturas e línguas que não são a portuguesa”.

Ao apagamento da fala dos dominados, e baseando-se fortemente no conceito bakhtiniano de polifonia, Francisco Noa mostra que a literatura responde pela “restituição das vozes”. Nisso a literatura bra-

sileira aparece como *fonte inspiradora* para a literatura africana. Noa aproxima, assim, obras como *Vidas secas*, do nordestino Graciliano Ramos, de obras de romancistas moçambicanos como Luís Bernardo Honwana e Orlando Mendes. Manuel Brito-Semedo não hesita em falar em “modelo brasileiro” no título do capítulo em que realça a “coincidência histórica, geográfica e social” do Nordeste brasileiro e das Ilhas do Cabo Verde e mostra como o forte sentimento de enraizamento na realidade social aproxima dos modernistas brasileiros os escritores da revista cabo-verdiana *Claridade*. Também lembra a importância nesse movimento da reivindicação de uma língua distanciada da norma portuguesa, fruto da apropriação popular.

O forte laço entre literatura e história é o fio condutor do texto de João Paulo Borges Coelho, historiador e escritor. Desse ponto de vista mais geral, seu texto pode ser lido como uma introdução a todos aqueles que no livro tematizam a literatura moçambicana (Zamparoni, Chaves, Noa, Padilha). É pelo prisma das fases políticas da história recente de Moçambique que ele define três ciclos na história da literatura, do Brado Africano à nova geração — da qual, como lembra Noa, ele mesmo faz parte.

Aberto pela história, o livro se fecha com a literatura. Numa entrevista entremeadada de leitura de poemas e trechos de romances, Michel Laban anima uma longa conversa com a poetisa Ana Mafalda Leite e o romancista João Paulo Borges Coelho, ambos moçambicanos. De novo, essa conversa é marcada por vários deslocamentos de pontos de vista, uma vez que Ana Mafalda também é crítica literária e João Paulo também historiador.

Em síntese, o leitor achará, ao longo dos capítulos, teóricos da literatura atentos à história, historiadores imbuídos de literatura e lingüistas chamando a atenção para a história, todos procurando tornar mais visível e transparente a complexidade das relações entre língua, história e cultura. Esta apresentação sugeriu caminhos de leitura. Haverá muitos outros, nascidos dos interesses e da curiosidade de cada um dos leitores.

Enfim, não poderíamos deixar de mencionar um outro eco, o que esta coletânea faz a um livro publicado recentemente no Brasil sob o título *Brasil-África, como se o mar fosse mentira*, organizado por

Tânia Macedo, Carmen Secco e Rita Chaves: pela especularidade dos títulos, pela partilha de vários colaboradores e pelo objetivo comum de apreender melhor, como dizem as organizadoras no seu prefácio, “as intrincadas relações que nos unem à África”.

Estávamos concluindo a preparação deste livro quando nos pegou de surpresa a triste notícia de que acabava de se calar para sempre uma das vozes que o compõem: a do nosso amigo Michel Laban.

Dedicamos estas páginas a ele, que tanto se empenhou em nos revelar a riqueza da língua portuguesa no seu enraizamento africano, e que estava reunindo seu monumental trabalho num dicionário de valor inestimável.

A ele, nossa homenagem e nossa saudade.

| *Os africanos e as falas africanas no Brasil*

Luiz Felipe de Alencastro

Para estudar a presença das línguas africanas no atual idioma brasileiro é preciso situar devidamente a África e os povos africanos na formação do Brasil. Por isso, gostaria de explicar como a idéia de história do Brasil é envolvida — na minha perspectiva — por uma história mais ampla do Atlântico Sul. A história do Brasil é ensinada entre nós sob o prisma territorial. Como se a nação e a cultura brasileira já estivessem embutidas nos primeiros núcleos coloniais do século XVI. Nós aprendemos — e as crianças brasileiras de hoje continuam aprendendo — a mesma coisa: Cabral descobriu o Brasil inteiro em 1500. Ou seja, Cabral descobriu o Brasil, tal como ele é hoje, com os estados do Acre, de Tocantins, com tudo dentro. Livros de história do Brasil, mesmo escritos por historiadores importantes, mostram o mapa do Brasil do século XVI demarcado por fronteiras internas e externas que o país só veio a adquirir no século XX.

Na grande Exposição do Redescobrimento, visitada por dezenas de milhares de pessoas em 2000, a Carta de Pero Vaz de Caminha era apresentada com uma luz indireta, numa redoma, como um texto quase sagrado que seria a “certidão de nascimento do Brasil”. Há algum tempo, ouvi uma conferência de uma pessoa que ensina literatura brasileira numa de nossas universidades, a qual fez um comentário

crítico da Carta de Pero Vaz de Caminha e ali já encontrou expressões “tipicamente brasileiras”.

Publicado em 1817 por Aires de Casal na sua *Corografia brasileira*, esse documento retrata um contato pacífico, quase idílico, entre os portugueses e os índios numa praia tropical. Instalando-se na permanência histórica, essa narrativa escamoteia a violência e a dimensão do fato colonial. Nos textos dos manuais escolares, como na obra de pensadores de horizontes tão diversos como Pedro Calmon e Darcy Ribeiro, toda a nação brasileira já estaria condensada nessa terra sul-americana sem nome e sem negros encontrada por Cabral. Na seqüência dessa interpretação, os personagens de destaque do período colonial — capitães-gerais, missionários, senhores de engenho, bandeirantes, caciques e quilombolas — são apresentados como se já tivessem, nos mais diversos cantos da América portuguesa e mesmo da América espanhola, como na *soi-disant* “bandeira dos limites” de Raposo Tavares, o pressentimento da nação brasileira.

Ora, isso não faz o menor sentido, por uma razão muito simples: antes da Revolução Americana, isto é, antes de 1776 e, mais precisamente, antes da vitória dos revolucionários americanos, com ajuda francesa, sobre as tropas inglesas em Yorktown (1781), ninguém sabia que as colônias conseguiriam transformar-se em nações independentes. Não havia precedente histórico. A idéia de nação aparece tardiamente, como um projeto que se estrutura na segunda metade do século XVIII, assim como a idéia mais geral de Brasil. É conhecido que o Brasil contou muito pouco para Portugal e Europa no século XVI. A propósito, há um fato revelador que costumo lembrar aos meus alunos. Nas 1.102 estrofes que compõem *Os Lusíadas* (1572), poema centrado, é claro, na descoberta do caminho marítimo para a Índia — mas também nos descobrimentos portugueses em geral —, o Brasil só é citado três vezes (Canto VII.14.7: “quarta parte nova”; Canto X.63.3: “No Brasil”; Canto X.140.3: “Santa Cruz”).

Decerto, desde meados do século XVII existiam identidades regionais na América portuguesa: os pernambucanos, os paulistas, a gente do Rio de Janeiro, os moradores da Bahia compartilhavam interesses comuns e forjavam comunidades características. Havia até uma maneira de falar específica entre os moradores do Brasil que gerava

preconceitos em Lisboa. É o que se constata numa carta do padre Antônio Vieira ao rei dom João IV. Na circunstância, Vieira estava tentando, em vão, emplacar a nomeação de André Vidal de Negreiros no mais alto posto da administração ultramarina: vice-rei da Índia. Negreiros havia estado em Lisboa para entregar ao rei o ato da rendição dos holandeses em Recife. Como recompensa régia, recebera o governo do Maranhão, de Pernambuco e de Angola (em períodos diferentes). Mas Vieira ainda achava pouco e, por isso, numa carta enviada de Belém do Pará a dom João IV, insistiu nas qualificações de André Vidal de Negreiros para o cargo de vice-rei da Índia: “muito zeloso do serviço de Vossa Majestade e observador de suas reais ordens e, sobretudo, muito desinteressado, e que entende mui bem todas as matérias, posto que não fale em verso, que é a falta que lhe achava certo ministro grande da corte de Vossa Majestade”.¹

Na mesma época também se constituíam sociedades luso-angolanas, luso-cabo-verdianas, luso-guineenses e luso-moçambicanas, culturas luso-indianas em Goa ou uma identidade regional sino-portuguesa em Macau. Mas nem todas essas comunidades deram lugar a novas nações. A Índia reabsorveu Goa e os outros enclaves índicos portugueses, enquanto Macau — onde só 0,6% da população fala a língua portuguesa — submerge agora no oceano chinês.

Foi o impacto da colonização luso-africana nas terras baixas da América do Sul que deu ao Brasil um destino histórico diferente. Todavia, a percepção da unidade do território e da cultura da América portuguesa constituiu-se tardiamente.

Por esses motivos tenho usado o substantivo e adjetivo seiscentista “brasílico” para designar os moradores dos enclaves coloniais da América portuguesa, os quais já se distinguiam dos reinóis, mas ainda não tinham a percepção de pertencimento a uma comunidade proto-nacional. “Brasílico” é uma palavra usada pelo padre Fernão Cardim desde 1594 e em seguida consagrada no livro de Brito Freyre, de 1675,

1 Tomo a liberdade de lembrar que a conjunção concessiva “posto que” significa “ainda que”, e não “visto que”, Carta de 1655, in J. L. de Azevedo (org.), *Cartas do padre Antônio Vieira*. 2ª reimpr. Lisboa, 1997, vol. 1, pp. 428-30. 3 vols.

que fala dos “portugueses brasílicos” como agentes históricos bem definidos, destacando seu papel na guerra contra os holandeses.²

Tenho para mim que a designação brasílico é mais adequada para situar a generalidade da sociedade colonial da América portuguesa dos séculos XVI, XVII e da primeira metade do século XVIII, quando a palavra “brasiliense” se referia sobretudo aos índios, e “brasileiro”, principalmente aos cortadores de pau-brasil, embora Gregório de Matos tenha alegadamente escrito “povo brasileiro” num de seus versos.³

Os “brasílicos” tornam-se “brasileiros”, no sentido atual da palavra, ao longo do século XVIII, quando a economia do ouro engendra uma divisão inter-regional do trabalho e um mercado interno na colônia, fazendo emergir a idéia de filiação a uma comunidade e a uma cultura supra-regional, dotadas de uma mesma língua e vivendo num mesmo território. No dicionário *Houaiss*, o substantivo “brasileiro”, com o significado atual de habitante do Brasil, é registrado pela primeira vez em 1706, quando a corrida do ouro começava a atrair para a futura capitania de Minas Gerais moradores de outras capitanias, distintos, na sua generalidade, dos reinóis recém-chegados às feiras e lugarejos mineiros.

No que concerne ao território da América portuguesa, é preciso lembrar que o Estado do Grão-Pará e Maranhão, separado do Estado do Brasil e tornado efetivo em 1624, começava no Cabo dos Touros, no atual Rio Grande do Norte, e incluía os atuais Ceará, Piauí, Pará e Maranhão, como também todo o território interior, isto é, a Amazônia inteira. Esse extenso espaço tinha pouco ou nenhum contato com o restante do Nordeste, do Sudeste e do Sul. Ao inverso, o Estado do Brasil, onde se desenvolvia o pólo de produção escravista, entretinha relações densas e regulares com os portos e enclaves portugueses na África e, principalmente, com Angola.

2 Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitânia — História da Guerra Brasílica*. 2ª ed. Introd. J. A. Gonsalves de Mello. Recife, 1977 [1675], p. 399.

3 James Amado (org.), *Obras completas de Gregório de Matos*. Salvador, s.d., vol. 1, p. 224, 7 vols. Faço parte, entretanto, dos que duvidam da datação e da autoria de vários poemas atribuídos a Gregório de Matos; cf. L. F. de Alencastro, *O Trato dos Videntes — Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 351 e 465, n. 60.

Nesse sentido, a centralidade de Angola na história do Brasil é muito anterior à inserção da Amazônia no restante da América Portuguesa. Fato que corresponde, aliás, à realidade geográfica e marítima fundada no Anticiclone de Santa Helena, que pode ser chamado também de Anticiclone de Capricórnio, porque se movimenta em cima da ilha de Santa Helena, no eixo do Trópico de Capricórnio. Como uma imensa roldana atmosférica girando no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio, o anticiclone cria um sistema de correntes e de ventos que aproxima a África da parte do litoral brasileiro situada entre Pernambuco e Santa Catarina. Penso que esse “Arquipélago de Capricórnio” — agregado resultante da convergência entre os enclaves escravistas do Brasil e os portos negreiros da África atlântica — configura a matriz espacial colonial que deu origem ao Brasil. Por isso, escrevi no subtítulo de meu livro: “Formação do Brasil no Atlântico Sul”. Inversamente, todo o território do Estado do Grão-Pará e Maranhão conservava pouco contato com o Estado do Brasil, ou seja, com as capitanias do Nordeste e do Centro-Sul.

Em razão dos ventos e correntes existentes nas rotas do Atlântico Sul, os navios que viajavam para a África Central ou para a Índia passavam ao largo da costa brasileira e, freqüentemente, paravam aqui. Zarpando de Lisboa para Luanda, os navios faziam a chamada “viagem larga”. Desciam no rumo S-SW, bem a oeste, mais ou menos até a faixa 26° S-30° S, passando, portanto, ao largo de Santa Catarina, depois cruzavam de novo o oceano, aproximando-se da costa africana por essa mesma altura, para subir enfim até Luanda, situada a 8° S e 13° E.

Quem viesse de Portugal rumo a Luanda, ou ao Oceano Índico, costeando o litoral africano, poderia ficar parado — exposto aos calores, à sede e à morte — nas calmarias subtropicais ao largo do Congo. Zona que os marinheiros portugueses dos Quinhentos e Seiscentos chamavam de “Palmar”, que os franceses denominam *Pot-au-noir* e os ingleses, *Horse latitudes*: por ali começavam a morrer, de calor e de sede, os cavalos embarcados do Norte para o hemisfério Sul.

Tal aproximação marítima entre o Brasil e a África Central estabelece, desde o final do século XVI, um comércio de configuração bilateral. Predominantemente bilateral e não somente triangular,

como se continua a ensinar na vasta maioria das escolas e universidades brasileiras. Farinha de mandioca, cauris — o búzio “zimbo” colhido no litoral da Bahia e enviado para o Congo-Angola, onde servia de moeda —, a cachaça “jeribita”, o tabaco, o ouro, eram exportados para a África Central e para o Golfo de Guiné (caso do tabaco) em troca de escravos. Nos portos brasileiros embarcavam também missionários, soldados, funcionários, comerciantes e aventureiros que se deslocavam para Angola e certos portos do golfo de Guiné.

Todos esses fluxos de trocas se prolongaram, com maior ou menor intensidade, até o final do tráfico negreiro em 1850. Nesse contexto, formou-se um espaço cultural composto pelas duas partes do Atlântico Sul: o pólo escravista da América do Sul e o pólo negreiro da África Ocidental e Central. De maneira intermitente, a Senegâmbia também se conectou a essa rede negreira. Sobretudo na segunda metade do século XVIII, quando a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que administrava também a Guiné Bissau, trouxe escravos dessa região para Belém e São Luís. Na primeira metade do século XIX entram ainda, principalmente no Rio de Janeiro, cerca de 250 mil escravos oriundos de Moçambique.

No meado do século XVI, com o deslanche do tráfico negreiro, começou a se formar uma cultura escravista comum no Atlântico Sul. O primeiro centro dessa cultura foi a ilha de São Tomé, teatro da primeira adaptação em grande escala do escravismo açucareiro no ambiente tropical. A ilha transformou-se também numa plataforma de embarque de escravos para as Américas. Gente escravizada vinda do golfo de Guiné e do Congo era em seguida embarcada de São Tomé para os portos americanos. Os primeiros escravos africanos chegados ao Brasil, ao Nordeste, vinham precisamente de São Tomé como mão-de-obra especializada, já treinada na cultura da cana e na produção de açúcar. Nesses contingentes de cativos vindos de diferentes regiões e povos africanos falava-se uma língua geral lusoafricana, “a língua de São Tomé”, que constituiu o primeiro substrato lingüístico do Arquipélago de Capricórnio.⁴

4 Para um estudo sobre o idioma crioulo falado hoje em dia em São Tomé, cf. Steve e Trina Graham, “West Africa lusolexed creoles word list file documentation”, *SIL Electronic*